

## Requerimento de Audiência Pública CLP

*Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com as Comissões de Cultura e Direitos Humanos e Minorias para tratar de novas regras para a seguridade social dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, bem como, do combate à precariedade do vínculo empregatício desses profissionais junto aos Gestores locais do SUS.*

Senhor presidente,

Requeiro de Vossa Excelência, nos termos regimentais do artigo 24, inciso III e na forma dos artigos 255 e 256 do RICD, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada Audiência Pública para tratar de novas regras para a seguridade social dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, bem como, do combate à precariedade do vínculo empregatício desses profissionais junto aos Gestores locais do SUS, a ser realizada no dia 03/05/2023 no Auditório Nereu Ramos, às 15hs.

Sugestão de nomes para composição da mesa:

- Marivalda dos Santos Pereira de Araújo, (Valda ACS), presidente nacional do FNARAS - Fórum Nacional das Representações dos ACS e ACE;
- Luis Cláudio de Souza, presidente da FENASCE - Federação Nacional dos ACS e ACE;
- Dra Elane Alves, Assessora Jurídica dos ACS e ACE para assuntos legislativos;
- Claudia Almeida, coordenadora nacional do MNF/D - Movimento Nacional da Federalização e da Desprecarização;
- Representante do Ministério da Previdência Social para tratar da proposta tema da Audiência Pública;
- Pedro Eduardo Almeida da Silva, diretor do departamento de articulação estratégica de vigilância em saúde do MS – DAEVS;
- Bruno Guimarães de Almeida, diretor do departamento de gestão, regulação do trabalho em saúde – DEGERTS - MS;
- Centro de Apoio Operacional à Saúde (CAO) do Ministério Público Estadual de Minas Gerais.



## JUSTIFICATIVA

O Sistema Único de Saúde tem sofrido ao longo dos anos grandes transformações, e com isso se tornado cada vez mais imprescindível à vida dos brasileiros e brasileiras. Boa parte dessas transformações sofridas pelo SUS se dá graças à atuação dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias - ACS e ACE, com suas atividades exclusivas no SUS. São aproximadamente 400 mil profissionais que nos permitiram fazer uma radiografia social e sanitária do território brasileiro, estando presentes em mais de 90% dos municípios brasileiros, executando na ponta do sistema a busca ativa, o acolhimento e acompanhamento domiciliar e territorial, especialmente das comunidades mais vulneráveis.

A essencialidade do trabalho desses profissionais para o SUS é inversamente valorizada pelo Estado, que ao longo da trajetória de surgimento dessas categorias sempre priorizou as políticas de saúde pública, contando com a dedicação e o comprometimento pessoal desses profissionais em detrimento dos seus direitos mínimos, como repouso semanal, férias, receber ao menos o valor de um (1) salário mínimo, seguridade social, 13º salário, condições de trabalho, adicional de insalubridade, periculosidade, ajuda de transporte, EPI's, horas extras, qualificação profissional entre outros.

Muito já se fez para mitigar tantas perdas e falta de valorização. O parlamento brasileiro já aprovou duas (2) Emendas à Constituição Federal a favor dos ACS e ACE, fixando garantias constitucionais para proibir a precarização do vínculo empregatício e estabeleceu o direito a um piso salarial com um mínimo de dignidade. Mas ainda assim, pouco mudou a realidade dessas categorias no seu dia a dia de trabalho. Ou seja, continuam a cada dia desempenhando um trabalho essencial e obrigatório na saúde preventiva e no SUS como um todo, mas infelizmente uma boa parte da categoria dos ACS e ACE do país ainda se encontram exercendo suas atividades de forma precária, com vínculos temporários e marginalizados da maioria de seus direitos constitucionais, sendo demitidos por conveniência política ou troca de gestores.



A audiência pública visa debater as propostas legislativas referentes à categoria, em especial à PEC 14 que trata da criação do Sistema de Proteção Social e Valorização dos ACS e ACE, reconhecendo assim o papel essencial e exclusivo desses profissionais e, sobretudo estabelecendo condições mínimas de reparação do Estado aos anos de negligência com os direitos desses trabalhadores que estão desempenhando tais atividades há cerca de 30 anos.

Sala de Sessões em de março de 2023.

**Deputado LEONARDO MONTEIRO**  
**PT/MG**

